

mo, as teorias clássicas, de relações humanas e teorias-macro da burocracia. Essa tentativa simoniana desenvolveu-se através da reformulação de algumas hipóteses básicas de teorias precedentes de maneira a poder testá-las e eventualmente operacionalizá-las, e posteriormente, adequá-las a um sistema de referência de tomada de decisões. Toda a obra de Simon é uma coleção de proposições testadas ou testáveis, as quais tratam fundamentalmente de comportamento organizacional. Tais proposições e seus testes constituem os fundamentos de uma ciência organizacional positivista, solidamente estabelecida através de evidência empírica. O propósito integrador, no entanto, dificilmente pode ser sustentado, pelo menos com relação às abordagens anteriores, principalmente as teorias da burocracia, pois estas foram estabelecidas dentro de uma visão sociológica mais ampla. Pode-se até mesmo afirmar que a reformulação das hipóteses, transformando-as em proposições operacionais, e a redução delas de modo a adequá-las a uma estrutura de tomada de decisão, com certeza, não contribui para o aprofundamento do conhecimento e para a avaliação global dos

pressupostos implícitos nas macroteorias (burocráticas).

Esquemáticamente a obra de Mouzelis pode ser representada como no quadro abaixo.

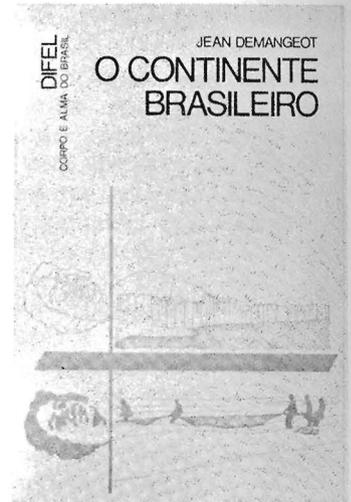
Mouzelis conclui por ressaltar a contribuição de Parsons e por chamar a atenção para a escassez de estudos organizacionais que se concentrem em poder e conflito.

No conjunto, apesar das imperfeições e do quadro um tanto quanto visionário e utópico de possíveis convergências, a obra reflete a primeira tentativa de se pensar comparativamente ou, como queiram, refletir sobre o que já foi produzido no campo dos estudos organizacionais. Pelo esforço em sair do ortodoxo, pela nobreza de concluir pelo inacabado, pela humildade de não querer produzir mais teoria do que o momento histórico permite e pelo relativo desgarramento do pressuposto organicista, a obra merece uma atenção mais cuidadosa, pois representa acima de tudo uma reflexão necessária a todos aqueles que se interessam pelas organizações como palco da ação dos diversos grupos sociais — em algum momento de sua vida, ou talvez mesmo, a todo momento. □

Roberto Venosa

O continente brasileiro

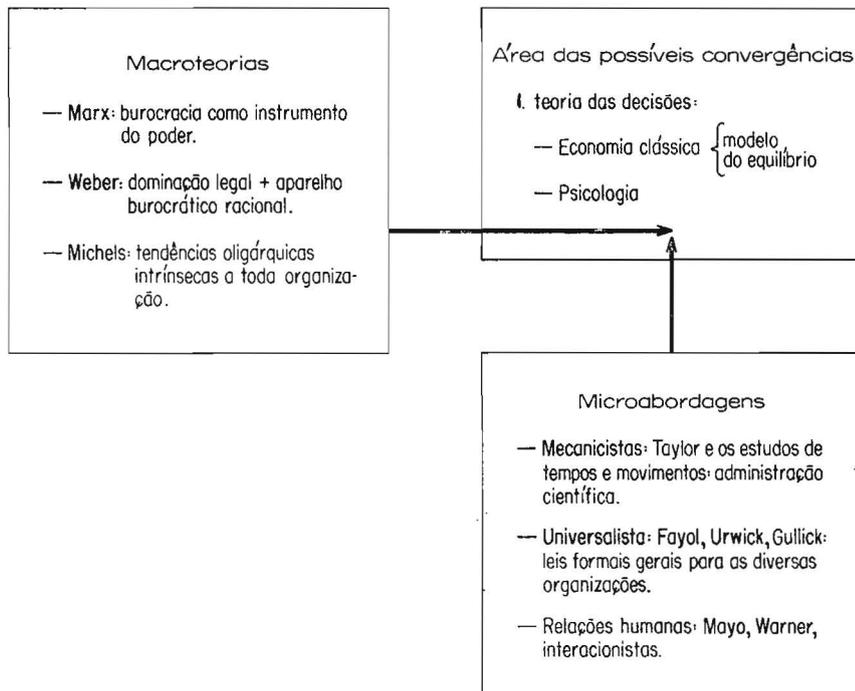
Por Jean Demangeot. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974. 191 p., il.



Cabe a Vidal De La Blache (1845-1918) o mérito de ter criado a escola geográfica francesa. São seus discípulos Emmanuel de Martonne, Jean Brunhes, Albert Demangeon e muitos outros. Os seus contemporâneos — e os atuais — marcaram a geografia como a ciência da “descrição e explicação das paisagens humanizadas”, ou “da distribuição e da coordenação dos fatos da ocupação humana”.

É essa inter-relação entre homem e natureza que acentua o interesse das obras dos geógrafos franceses sobre o Brasil, pois, além do clima, solo, etc., são tratados os problemas da história, ocupação territorial, economia, etc. Sob essa ótica é que os autores gauleses têm escrito sobre nós desde os fins do século XIX: um dos primeiros é Elisée Reclus, que redige uma **Geografia universal**, em vários volumes, dos quais um sobre as Guianas e o Brasil (publicado na década de 1880). A partir do começo do século surgem outros nomes de vulto: Pierre Denis, o mais importante, publicou em 1907 **O Brasil no século XX**; outra obra de sua autoria é o tomo 15, 1.ª parte, da **Geographie universelle**, que ele elaborou sob a direção de P. Vidal De La Blache e L.

96



Gallois, intitulada **Amérique du Sud** (1927), que engloba estudo sobre os "caracteres gerais da América do Sul" e a análise geral das Guianas e do Brasil. A partir de 1930 temos Pierre Deffontaines, que deu curso na Universidade do Distrito Federal e publicou uma **Geografia humana do Brasil** (Casa do Estudante do Brasil, 1947); Pierre Monbeig (**Pionniers et planteurs au Brésil**; e **O Brasil**), que lecionou muitos anos na Faculdade de Filosofia, Ciências e

mente porém com precariedade de dados, embora sempre de maneira pertinente.

O estudo comparativo entre litoral e interior (cap. 4 e 5) mostra-nos aspectos fundamentais da nossa expansão: a idéia de Frei Vicente Salvador, de que os portugueses só arranhavam o litoral, como caranguejos, é realidade passada e presente. Os dados referentes a 1965-1970 continuam a reafirmar a dualidade existente — como no passado (p. 114):

Periodo 1965-1970	Brasil interior	Brasil atlântico
Superfície	64%	36%
População	8%	92%
Renda nacional	5%	95%
Comércio interno	7%	93%

Letras da Universidade de São Paulo; Roger Dion, que professorou na USP e escreveu artigos em várias revistas especializadas.

A obra de Jean Demangeot continua a tradição clássica do pensamento geográfico francês, fato constatado pela análise do índice de seu livro: os capítulos intitulam-se, respectivamente: Os meios bioclimáticos do Brasil, O relevo brasileiro, As fases da organização do espaço, As regiões do Brasil atlântico, As regiões do Brasil interior, Os problemas econômicos da nação brasileira e Desequilíbrio social.

Os dois primeiros capítulos tratam de temas mais específicos — clima e relevo; o terceiro mostra os principais fatos da nossa história política e estuda detidamente os diversos ciclos econômicos — pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro e diamante, café, a arancada industrial. Os capítulos 4 e 5 são análises de cada uma das regiões geográficas brasileiras, com anotações sobre a topografia, população, economia, etc. Todas elas são expostas de maneira clara e concisa, infeliz-

Assim, a conclusão do autor é a de que "ao Brasil **útil**, que é o Brasil atlântico, opõe-se, portanto, outro Brasil, mais vasto, às vezes apenas penetrado, uma espécie de colônia guardada como reserva para o futuro, e amiúde tratado como tal. O geógrafo norte-americano Preston James chega a escrever que esse Brasil **está fora do verdadeiro território nacional**" (p. 114; o grifo é do autor).

O estudo das diversas zonas que compreendem cada uma dessas regiões mostra facilmente a razão da diferença: o Brasil atlântico é formado do Nordeste, o velho Sudeste (núcleo de mineração de Minas Gerais, a zona da agricultura tradicional, a cidade do Rio e seus arredores), o novo Sudeste (zona de agricultura desenvolvida e São Paulo e seus arredores) e a região meridional. A soma descritiva de suas riquezas, agrícolas e industriais, matérias-primas, etc., comprovam facilmente sua supremacia sobre todo o resto do País — que abrange a Amazônia e o Centro-Oeste. Enquanto os primeiros se desenvol-

vem em etapas diferentes, do século XVI ao atual, as outras regiões do Brasil interior mal se povoam e, naturalmente, vão sofrer uma atividade predatória — exploração de madeira e metais — cujos resultados locais serão praticamente nulos.

Além das preciosas informações contidas no livro, encontramos grande número de estatísticas e de gráficos: mapas com distribuição de estradas, densidade populacional, atividade rural, superfície média das propriedades rurais, zonas de influência das grandes cidades, etc. Por sua vez, os dados sobre produção industrial e agrícola, população, produto interno bruto, energia, etc. ajudam bastante o levantamento da realidade brasileira, do passado e do presente.

Originariamente o livro saiu na França, numa coleção destinada ao ensino médio, o que leva a economizar a bibliografia e as fontes primárias. Apesar dos senões, a publicação é de grande utilidade para o público em geral, não só universitário, mas a todos que se interessam pela nossa realidade. □

Edgard Carone